

Comissão de Segurança Pública e Combate ao Crime Organizado  
REQUERIMENTO Nº /2025  
(Do Sr. Zé Neto)

Requer a realização de Seminário na Assembleia Legislativa da Bahia, para debater a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) do Governo do Presidente Lula, sobre a questão da segurança pública no país.

Prezados Senhores,

Requeiro, nos termos regimentais e ouvido o plenário dessa Comissão de Segurança Pública e Combate ao Crime Organizado, a realização de *Seminário na Assembleia Legislativa da Bahia*, para debater a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) do Governo do Presidente Lula, sobre a questão da segurança pública no país.

Para a composição das mesas, o Seminário contará com a participação das seguintes autoridades:

1. Sr. Jerônimo Rodrigues Souza - Governador do Estado da Bahia;
2. Sra. Ivana Teixeira Bastos - Presidente da Assembleia Legislativa da Bahia;
3. Sr. Ricardo Lewandowski - Ministro da Justiça e Segurança Pública;
4. Sr. Deputado Zé Neto - Vice-Líder do Governo na Câmara dos Deputados;
5. Sr. Felipe da Silva Freitas - Secretário de Justiça e Direitos Humanos (SJDH);
6. Sr. Deputado Estadual Robinson Santos Almeida - Presidente da Comissão de Constituição e Justiça da Assembleia Legislativa da Bahia;
7. Sr. Vereador Sílvio de Oliveira Dias - Presidente do Sindicato dos Policiais Rodoviários Federais da Bahia (SINPRF-BA);



8. Sr. Marcelo Werner - Secretário de Segurança Pública do Estado da Bahia.
9. Sr. Eustácio Lopes Oliveira Filho - Presidente do Sindicato dos Policiais Civis do Estado da Bahia (SINDPOC).
10. Sr. Augusto César Santos Almeida – Presidente do Sindicato dos Policiais Federais no Estado da Bahia (SINDIPOL/BA).
11. Cb PM Alaíce Associação de Praças da Polícia e Bombeiro Militar da Bahia – APPM

### Justificativa

Diante da proximidade do envio da Proposta de Emenda à Constituição (PEC) da Segurança ao Congresso Nacional, onde sua tramitação iniciará pela Câmara dos Deputados, urge a necessidade de informar, esclarecer e debater a proposta com autoridades e toda a sociedade. A PEC apresentada pelo Ministério da Justiça e Segurança Pública pretende conferir status constitucional ao Sistema Único de Segurança Pública (SUSP), instituído em 2018 por lei ordinária.

A PEC da Segurança trará aspectos relevantes para a efetivação do Sistema Único de Segurança Público (SUSP) e integração das ações entre os órgãos dos entes federados, nos três níveis, fundamental para garantir um enfrentamento adequado ao crime organizado. Importante considerar que, passados 36 anos da promulgação da Constituição de 1988, verifica-se que a natureza da criminalidade mudou, deixando de ser apenas local para ser também interestadual e transnacional.

O principal objetivo, a partir dessas medidas, é estabelecer diretrizes para fortalecer o Estado no combate ao crime organizado. É preciso padronizar protocolos, informações e dados estatísticos.

Hoje, por exemplo, o Brasil tem 27 certidões de antecedentes criminais distintas, 27 possibilidades de boletins de ocorrências e 27 formatos de mandados de prisão. A padronização de dados e informações é



fundamental para que se dê efetividade ao Sistema Único de Segurança Pública.

Para que se garanta amplo debate que já se iniciou envolvendo os Governadores, imprescindível envolver a sociedade civil nos debates, de modo a colher contribuições para aprimorar o seu texto.

Nesse sentido, propõe-se o Seminário na Assembleia Legislativa do Estado da Bahia para dar amplo conhecimento e promover a participação da sociedade brasileira, em especial ao povo baiano, acerca das ações que estão sendo discutidas na Câmara dos Deputados para garantir maior segurança à sociedade como um todo.

Sala da Comissão, em 22 de abril de 2025.

**Zé Neto**

**Deputado Federal - PT/BA**

